

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.276 - RS (2019/0206624-0)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : MARCIA ENGEL SPARREMBERGER**  
**ADVOGADO : CRISTINA FREITAS DA ROSA - RS071182**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE TRÊS FORQUILHAS**  
**ADVOGADO : GIOVANI PACHECO TRAJANO - RS044575**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. EXIGÊNCIA DOS ARTIGOS 932, III, DO CPC/2015 E 253, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO RI/STJ (REDAÇÃO DADA PELA EMENDA REGIMENTAL N. 22, 2016). AGRAVO NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial.

É o relatório. Decido.

Nos termos do que dispõem os artigos 932, III, do CPC/2015 e 253, parágrafo único, I, do RI/STJ (redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016), compete ao agravante impugnar especificamente os fundamentos da decisão que obstou o recurso especial na origem.

Assim, além da manifestação do inconformismo, inerente ao ato de irresignação, impõe-se ao recorrente o ônus de contrapor-se, de forma clara e específica, aos fundamentos da decisão agravada, conforme determina a lei processual civil e o princípio da dialeticidade.

Com efeito, encontra-se consolidado nesta Corte o entendimento de que incumbe ao agravante infirmar, especificamente, todos os fundamentos da decisão que não admitiu o processamento do recurso especial. A propósito: EAREsp 701.404/SC, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 30/11/2018.

No caso dos autos, a decisão de não admissão do recurso especial contém os seguintes fundamentos: ausência de indicação de artigo de lei federal violado - Súmula 284/STF, ausência de prequestionamento e Súmula 7/STJ.

Ocorre que o agravante não impugnou todos os referidos fundamentos de inadmissão do recurso especial, uma vez que deixou de impugnar, especificamente, a ausência de indicação de artigo de lei federal violado e ausência de prequestionamento.

Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.276.237/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 19/12/2018; AgInt no AREsp 718.118/MT, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 18/12/2018; AgInt no AREsp 1.345.064/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 13/12/2018.

Ante o exposto, **não conheço do agravo em recurso especial**, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, a, e 255, I, ambos do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator

